

O cotidiano das crianças na colônia italiana de São Caetano nos anos iniciais do século XX.

ELIANE MIMESSE*

Introdução

Com esse estudo pretende-se trazer contribuições para a construção de uma história do cotidiano das crianças. Foram focados os pequenos moradores que viveram em uma das colônias italianas no Estado de São Paulo, nos anos iniciais do século XX. A justificativa para a redação desse estudo recai no ineditismo dessa temática. Em geral, as abordagens teóricas sobre os imigrantes italianos são compostas por estudos sobre o fluxo imigratório, os locais aos quais se instalaram a produção agrícola – com destaque especial às vinícolas, ou mesmo, como ocorreu em algumas localidades do Estado de São Paulo, com relação à mão de obra imigrante, que se tornou substituta da força de trabalho escrava.

Os italianos, aos quais são aqui referidos, são em sua maioria, pessoas provenientes das cidades localizadas no Vêneto, na região nordeste da Itália. Foram esses indivíduos que compuseram o grande grupo dos imigrantes que se deslocaram para os núcleos coloniais criados em fins do século XIX na região sudeste e sul das terras brasileiras. As famílias que se deslocaram para o Brasil vieram normalmente acompanhadas de seus filhos, são raros os documentos que tratam da chegada de imigrantes desacompanhados. Essa atitude implícita a este grupo social, decorre do convívio pleno dos pequenos, com as mais diversas situações vivenciadas por seus pais. Os entraves por eles vividos podem ser listados a partir da viagem de vinda para o Brasil, quando grande número dessas crianças não resistiu às intempéries do trajeto. Felizmente, muitas das crianças adaptaram-se as novas condições de vida, e foram esses os imigrantes que puderam trazer por seus depoimentos lembranças inesquecíveis de suas infâncias a fim de contribuírem com o resgate e a preservação da memória histórica.

* Doutora em Educação pela PUC-SP, professora na Universidade Tuiuti do Paraná.

As lembranças da infância.

A importância do resgate das memórias da infância dos italianos foi de um subsídio amplo aos estudos. Os resultados das entrevistas efetuadas com essas pessoas agregaram detalhes a muitas das informações conhecidas. Possibilitaram desvendar as ações diárias desses imigrantes que viveram no Brasil nos anos de transição entre os séculos XIX e o XX. Foram utilizados vários tipos de fontes documentais e orais. Certeau (2002) lembra-nos da importância na revisão de documentos e de outros tipos de fontes.

O estabelecimento das fontes solicita, também, hoje, um gesto fundador, representado, como ontem, pela contribuição de um lugar, de um aparelho ou de técnicas. Primeiro indício deste deslocamento: não há trabalho que não tenha de utilizar de outra maneira os recursos conhecidos. Não se trata apenas de fazer falar estes imensos setores adormecidos da documentação e dar voz a um silêncio. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona diferentemente. Da mesma forma [...] um trabalho é científico quando opera uma redistribuição do espaço e consiste, primordialmente, em se dar um lugar, pelo estabelecimento das fontes – quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras. (CERTEAU, 2002:82)

A ordenação nos conteúdos dos vários tipos de fontes de pesquisas possibilitou lançar-se mão da “ação instauradora” a partir do uso de “técnicas inovadoras”, para a elaboração da narrativa. Contudo, faz-se necessário, um breve esclarecimento acerca das concepções e conceitos de infância. No texto de Lajolo (2006: 229) a infância foi entendida sendo sempre como “*um outro* em relação àquele que a nomeia e a estuda”. Por ser um objeto de estudo descrito por outros sujeitos que não são os representantes dessa categoria pesquisada, neste caso - os adultos. Assim, a autora define a palavra infância como diretamente relacionada à “ausência de fala”, como segue:

[...] infância e demais cognatos, em sua origem latina e nas línguas daí derivadas, recobrem um campo semântico estreitamente ligado à ideia de ausência de fala. Esta noção de infância como qualidade ou estado do infante, isto é, d'aquela que não fala, constrói-se a partir dos prefixos e radicais lingüísticos que compõem as palavras. (LAJOLO, 2006: 229)

Partindo-se deste ponto de vista pode-se depreender que o período denominado por infância, pelos mais diversos estudiosos, remeteu a uma época da vida em que os menores não deveriam interferir nos assuntos e, por conseguinte, na vida cotidiana dos

adultos. E, por consecutivo, deveriam assumir o papel dos que *não falam*, apenas obedecer as instruções recebidas.

O debate teórico existente sobre qual seria o tempo de permanência da infância conduz-nos às grandes variáveis, de acordo com o desenvolvimento e as mudanças sociais. Os valores e crenças, individuais e coletivos das sociedades se alteraram paulatinamente a partir das transformações políticas, econômicas, sociais e religiosas ocorridas em cada comunidade. Conforme Veiga (2004):

[...] a percepção da ordenação do curso de vida, do nascimento à morte, sofreu variações ao longo da história humana e esteve relacionado, entre outras coisas, às mudanças ocorridas na maneira como os homens produziram os símbolos para relacionar diferentes processos e acontecimentos sob a forma de tempo. Isso implicou a produção de unidades de referências temporais/culturais, de maior ou menor amplitude, padronizadas e socialmente reconhecidas, para servirem de orientação no curso do tempo da vida dos indivíduos e/ou dos grupos da sociedade. (VEIGA, 2004:39)

De modo que, desde tempos imemoriáveis, foram amplas as discussões no meio acadêmico sobre quando seria o término da infância. Destarte, as opiniões concordam em convergir para a idade dos 7 anos como marco da infância. Essa era a *idade da razão*, a mesma em que ocorria o ingresso legal na escolarização institucionalizada, e o momento em que surgiam os primeiros indícios concretos de mudanças biológicas, aqui marcadas pelas alterações na arcada dentária.

A época da maioridade, instituída imediatamente após a infância, foi estabelecida como que em consenso pelos estudiosos, entre os 12 e os 14 anos. De acordo com Leite (2006) deve-se cuidar quando se tratam destes termos, por a infância não ser uma *fase biológica da vida*, é simplesmente um conceito construído cultural e historicamente. Como explica a autora:

[...] até o fim do século XIX, a maioridade se verificava aos 12 anos para as meninas e aos 14 para os meninos, mas para a Igreja Católica, que normatizou toda a vida das famílias nesse período, 7 anos já é a idade da razão. Tendo em mente que a infância não é uma fase biológica da vida, mas uma construção cultural e histórica compreende-se que as abstrações numéricas não podem dar conta de sua variabilidade. (LEITE, 2006: 21)

Portanto, o termo criança remete ao século XIX, como nos informou Leite (2006: 20), e era usado como “uma derivação das que eram *criadas* pelos que lhe deram

origem. Eram o que se chamavam *crias* da casa, de responsabilidade – nem sempre assumida inteira ou parcialmente da família consangüínea ou da vizinhança.” O cuidado dispensado as crianças seguia outros padrões e valores, diametralmente opostos as crenças existentes na atualidade, salvo raríssimas exceções, para nosso pesar.

Logo, escrever sobre o passado é gratificante, com o fim de difundi-lo aos indivíduos que ainda desconhecem os fragmentos de suas raízes, e aos que sentem a necessidade implícita de adquirir novos conhecimentos a cada dia. As recordações escritas e documentadas são resgates vivos de momentos ou de uma época, escrever a história é um modo de situar-se “o povo no centro dele mesmo, estendendo-se de um passado a um futuro”, como foi expresso por Certeau (2002), e ainda enfatiza que:

A marcha do tempo não tem mais necessidade de se certificar pelo distanciamento de “passados”, do que um lugar tem de se definir, distinguindo-se de “heresias”. Pelo contrário, um “processo de coexistência e de reabsorção” é o “fato cardeal” [...] muito ao contrário de ser um objeto deixado para trás a fim de que um presente autônomo se torne possível, é um tesouro situado no centro da sociedade que é seu memorial, um alimento destinado à memorização. A história é o privilégio que é necessário recordar para não esquecer-se a si próprio. (CERTEAU, 2002:16)

Os depoimentos transcritos das entrevistas e as lembranças desses sujeitos sobre períodos de suas infâncias remetem-nos a identificar qual seria o espaço de tempo que se iniciaram suas lembranças. Considerou-se que essas eram provenientes de crianças que poderiam expressar-se verbalmente e deslocar-se sem ajuda de terceiros. Tomou-se como referência a descrição de Leite (2006:21) quando caracteriza o período dos 0 aos 3 anos “em que, como ainda não andam, os pequenos são carregados, pelas mães, pelos irmãos [...], em alguns textos, encontra-se a expressão “desvalidos de pé”, que designava aquelas que já andavam.” Portanto, as crianças focadas nesse estudo são as que não eram mais dependentes dos mais velhos, tinham idade suficiente para desempenharem pequenas tarefas domésticas, alguns trabalhos mais simples na agricultura e irem à escola, todas essas ações sem a presença de um adulto.

Questões corriqueiras.

Dentre os acontecimentos cotidianos pode-se referenciar o convívio com a mortalidade e as decorrências por ela geradas. A questão da contratação das amas de

leite, no caso das mães que perderam seus filhos no período da amamentação; o trabalho doméstico das crianças para ocupar o lugar de um irmão mais velho que faleceu; a propagação das moléstias que transcorriam na baixa frequência às escolas. Entretanto, mesmo assim, ainda existia a possibilidade de as crianças se divertirem, brincando com os amigos em frente de suas casas, no local que poderíamos denominar de rua, mas que nesta época não reunia as características conhecidas para tanto, eram os espaços existentes entre as propriedades, sem calçadas ou calçamento.

As crianças conviviam com as doenças e a mortalidade, não era raro que tivessem perdido um ou mais irmãos no nascimento, ou antes, desses completarem um ano de idade. Nas páginas constantes nos *Anuarios Demographicos Sanitarios*, pôde-se verificar que a causa das mortes, nos anos iniciais do século XX, eram devidas às moléstias mais corriqueiras como a febre tifóide, a malária, a febre amarela, a varíola e a coqueluche. Existia uma política de saneamento implantada no Estado de São Paulo, com o objetivo de evitar a propagação da malária, com a execução de “aterros e drenagens das várzeas” e, no caso da varíola, o documento trouxe os seguintes dados:

[...] excepto o anno de 1898, foi o de 1902 o que apresentou obituario mais elevado por essa causa de morte. Consignando este facto é nosso intuito pedir a attenção dos poderes publicos para a necessidade da obrigatoriedade da vaccinação e emprego systematico da revaccinação, afim de banirmos de uma vez dos nossos quadros estatisticos molestia tão deprimente. (SÃO PAULO, 1903:29)

Muitas das crianças morriam e os pais nem sabiam qual era o motivo real, pois nessa época não existiam médicos residentes na localidade de São Caetano. Em alguns dos depoimentos analisados colhidos durante a execução do Projeto *História de Vida*, vinculado à Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul; verificou-se que as causas das mortes eram as mais diversas. Temos como exemplo o acontecido com o irmão mais velho de Dona Joana, que morreu depois de levar um coice de um burro na cabeça; ou como relatou Dona Joana Olga que teve um irmão que morreu durante a viagem de vinda para o Brasil, e o motivo de sua morte foi atribuído, por ela mesma, à “alguma epidemia”; ou ainda como contou Dona Irene que contraiu pneumonia pouco antes da viagem de vinda para o Brasil, e o medo de sua família era de que ela falecesse durante a viagem, porque “se morresse, eles jogavam no mar”. Nesse mesmo depoimento, essa

senhora relata ainda que seu irmão faleceu com sarampo, após a família estar no país há uma semana.

Encontraram-se vários relatos descrevendo que todas as famílias eram numerosas, nesse sentido, a inexistência da assistência médica institucionalizada em São Caetano contribuía para o aumento das taxas de mortalidade e de moléstias. Algumas pessoas assumiram as funções de benzedeiros ou benzedeadas e de parteiras, essas últimas eram senhoras que ajudavam as mulheres durante o nascimento do bebê, e faziam o possível para que a mãe e a criança sobrevivessem.

Em São Caetano, nessa época estudada, não havia nenhuma parteira, as mulheres que tinham condições de saúde para se locomoverem iam até sua casa que ficava do outro lado do Rio Tamanduateí, em São Paulo, ou a parteira era chamada e trazida de charrete para fazer o parto. Conforme Dona Joana sua mãe “foi na casa da parteira, que tinha um quarto de propósito para as mulheres conhecidas”.

A morte prematura de filhos recém nascidos possibilitava que essas mães assumissem um novo tipo de trabalho, considerado relevante para a sociedade da época, o trabalho de amas de leite. Essa prática de amamentar os filhos dos mais abastados existia no Brasil desde os primeiros tempos da colonização portuguesa, as escravas africanas adotavam a função de amas de leite, para assim alimentarem os filhos das famílias brancas, e, conseqüentemente acabavam prejudicando o aleitamento de seus próprios filhos. Prevalciam críticas a esta postura feminina da elite, mas as italianas, como as escravas africanas, eram consideradas saudáveis a tal ponto de poderem assumir o mesmo posto da mãe no quesito da amamentação. Dona Joana relatou que sua “mãe foi ama de leite quando morreu um filho dela [...] não sei se ele nasceu morto ou se ele morreu depois, logo que nasceu. Sei que ela tinha muito leite. E naquele tempo os ricos não amamentavam os filhos, tinha uma ama em casa”.

Nos comentários existentes no texto de Pardal (2005) encontram-se as críticas as amas de leite, datada do final do século XIX e início do XX provindas dos médicos especialistas. Essas críticas eram referentes a prática do uso corriqueiro de amas de leite e, ainda persistiam algumas palavras em defesa do aleitamento materno natural ou, a aceitação de procedimentos que pudessem substituir o leite materno de modo saudável. As famílias que tinham condições financeiras para contratar uma ama de leite poderiam

adquirir facilmente os novos produtos que substituiriam o leite materno. Nesse referido texto foi citado um documento escrito em 1875, pelo químico suíço Henri Nestlé.

Nos primeiros meses o leite da mãe será sempre a alimentação mais natural, e toda a mãe deve amamentar seu filho por si mesma, no caso de o poder fazer; fazendo-se substituir por uma ama-de-leite, ella não somente falta ao seu dever, mas também obriga a proceder da mesma forma aquella que abandona o seu próprio filho para amamentar o de outrem. Confiar um filho a uma pessoa estranha, cujo procedimento não é bem conhecido, é aventurar muito, [...] sob o ponto de vista christão, não é admissível que o filho do pobre seja preterido pelo filho do rico, deve-se, pois, procurar uma alimentação própria par a cria quando falta o, leite da mãe. (PARDAL, 2005: 57)

Para contribuir com a redução na prática da contratação de amas de leite, a *Junta Central de Higiene Pública* do Rio de Janeiro, aprovou a introdução no mercado brasileiro de um novo produto produzido pelo químico Henri Nestlé, composto de leite em pó e pó de pão torrado, denominado como farinha láctea. Desde que sendo misturado com água, assumiria a consistência de um mingau e poderia suprir as necessidades de uma criança, sem necessitar dos serviços de uma ama de leite. Pouco tempo depois, outro alimento foi desenvolvido com este mesmo fim, o leite condensado. O produto deveria ser diluído em água morna, por este motivo era *condensado*, em seguida era ministrado como bebida, assumindo a função do leite materno.

Contudo, apesar dessas modernizações na alimentação infantil, os colonos nessa época não tiveram acesso a esses produtos industrializados, e ao que parece nem mesmo os indivíduos das classes mais abastadas moradores da cidade de São Paulo, que contratavam as mulheres de São Caetano para amamentar suas crianças. A grande luta instituída por médicos e outros especialistas quanto ao uso das amas de leite, decorria de que algumas mães optavam pelo salário, que receberiam como amas, e deixavam de amamentar seus próprios filhos, incorrendo na subnutrição e contribuindo com o aumento nas taxas de mortalidade infantil.

Como a alta taxa de mortalidade infantil fazia parte do cotidiano e era aceita como algo corriqueiro, existiam padrões de comportamento aceitos e seguidos por todos. Com esse alto índice de mortalidade, não existia uma preocupação ampla por parte das famílias com o imediato registro oficial dos nascimentos. As crianças eram batizadas na igreja em São Caetano, e quando o pai da família tivesse tempo disponível se deslocava até o Tabelionato, que se localizava na cidade de São Paulo, para registrá-las, essa ação poderia ocorrer no mês seguinte ou anos após o nascimento.

No entanto, os nomes das crianças batizadas e conseqüentemente registradas no Livro de Batismos da Igreja de São Caetano por sua família, nem sempre eram os mesmos nomes pelos quais foram registradas no Tabelionato de Registro Civil. Isto foi o que ocorreu com o Senhor Verino, que somente soube que seu nome era Verino quando foi solicitar sua certidão de nascimento para fazer o alistamento no serviço militar. Nesse caso, o tempo entre seu nascimento e seu registro no órgão oficial por seu pai foi quase que imediato, mas o nome da criança registrada no Tabelionato era diferente do nome do registro de batismo constante na igreja. O uso do nome Segundo indicava que existiu outra pessoa na família com esse nome, nesse caso era um tio, desse modo o Senhor Verino era o segundo de uma mesma família a adotar esse nome. Questão essa esclarecida pelo depoente:

[...] era hora de fazer o serviço militar. Eu fui procurar tirar a certidão de nascimento minha para me alistar. Bem, então eu cheguei no cartório do Brás e pedi uma certidão de nascimento. E dei lá meu nome Guerino Ferrari, 02 de Janeiro de 1911.[...] o nome era pela morte de meu tio Guerino, que foi mordido por cobra. Então, passaram o nome dele para mim, mas o meu nome não era Guerino. O dono do cartório falou para mim: Aqui não tem nenhum Guerino Ferrari, aqui tem um Verino Segundo Ferrari. Então eu falei o senhor me deixa ver o livro, e eu conhecia a assinatura do meu pai, então, eu mudei de nome. (SÃO CAETANO DO SUL, 1995)

Esse assunto nos remete também a refletir sobre a inabilidade dos funcionários dos tabelionatos na época. Grande parcela dos equívocos nas grafias com relação a nomes e sobrenomes de estrangeiros era pela má compreensão na pronúncia desses imigrantes. Destarte, os funcionários dos órgãos de registro civil não sabiam como escrever corretamente os nomes e sobrenomes, sendo que muitas vezes, pela dificuldade do idioma, eles acabavam por registrar os nomes e sobrenomes que consideravam estarem corretos, ou mesmo com uma ordenação equivocada, registravam o sobrenome como se fosse nome e vice versa.

Mas, para contribuir com essa complexidade dos registros de nascimentos, é necessário explicitar que em algumas regiões da Europa, nessa época, a prática quando da assinatura de documentos de qualquer natureza, era a de se escrever primeiro o sobrenome e depois o nome. A importância do sobrenome para uma pessoa era por esse expressar sua linhagem, remontava sua origem e poderia vincular esse indivíduo a determinadas localidades ou regiões. Como exemplo para essa situação, temos a listagem com a relação dos moradores de São Caetano, que assinaram em 1883 um abaixo assinado. A página, segundo Mimesse (2010:155) apresentava as assinaturas

nesse formato, algumas das quarenta e uma assinaturas são aqui reproduzidas: “Braidio, Giuseppi; Garbeloto, Antonio; Baraldi, Primo Secondo; Visentin, Pietro; Roveri, Filippo; De Nardi, Celeste”.

Um outro exemplo neste sentido ocorrido em São Caetano é o de Dona Irene, que foi batizada por sua avó com este nome. Entretanto na família era conhecida como Serena o nome que seu pai lhe deu. A desordem teve início porque sua avó considerou que o nome de Serena era o mesmo que de uma égua de propriedade da família. Na citação do trecho do depoimento encontrou-se a seguinte explicação: “quando meu pai falou que meu nome era Serena, ela (*a avó*) achou que ia por nome de cavalo. Porque meu pai trabalhava na olaria, ele tinha os cavalo e tinha uma égua chamada Sereia e minha avó fez confusão, de Sereia com Serena”. Não era raro que animais e pessoas convivessem em harmonia, mas não era aceitável que o nome de uma criança fosse o mesmo que o de uma égua.

Uma situação a qual também se deve dar relevância, nessa linha de comentários sobre os nomes das crianças, a qual foi vinculada a alta taxa de mortalidade infantil; era a ação tácita e inerente à sociedade com relação às comemorações dos aniversários das crianças. Esse tipo de comemoração era inexistente. Com um número muito grande de filhos e muitos afazeres domésticos essa ação não era cogitada. Uma hipótese para tanto era a de que muitas das crianças não chegassem a sobreviver até completarem um ano de idade. Portanto, existiam festas coletivas, em que as pessoas todas comemoravam juntas, o dia de São Caetano, por exemplo. Muito raramente, poderiam ser organizadas festas para as crianças aniversariantes, essa prática foi surgindo aos poucos como decorrência na redução natural do número de filhos nas famílias, e na medida em que os colonos foram se estabilizando economicamente. Dona Helena comentou em uma passagem sobre os aniversários, dizendo que as pessoas: “nem sabiam o que era aniversário, imagine se lembravam de presentes?. Isso nunca. Não me lembro de ter ganhado nunca nada, mas também não faltava nada, nem para comer, nem para vestir”.

Levando-se em conta o comentário de Dona Helena, com relação à vestimenta das crianças, podem-se tecer algumas linhas com relação a esse assunto. A prática era a de que as próprias mães costurassem as roupas da família, normalmente as vestes dos mais velhos eram usadas pelos mais novos, até que não pudessem mais serem reaproveitadas. Uma prática verificada entre as famílias desses colonos, foi a de

adquirirem uma peça de tecido, e esse mesmo tecido tornava-se vestimenta para toda a família, assumindo o formato de vestidos para as meninas e camisas para os meninos. Em muitas das fotografias que retratam as crianças nas escolas é possível efetuar essa constatação. Pode-se dizer o mesmo dos calçados, que como agregavam um valor muito alto, alguns deles eram adquiridos e usados por membros diferentes da família, em situações específicas. O dia da fotografia escolar era o momento para que as melhores roupas fossem usadas e, conseqüentemente, os sapatos deveriam acompanhar esse traje. Algumas das fotografias existentes no acervo da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul ilustram bem essa situação, observam-se algumas meninas com vestidos similares feitos com o mesmo tecido.

Abordando o item da alimentação alguns comentários podem ser feitos sobre os alimentos consumidos pelas crianças nessa época. Foi enfatizado nos depoimentos o consumo quase que diário de polenta e de vinho. No depoimento de Dona Joana encontrou-se a afirmação de que “mamãe fazia a polenta, fazia todas as noites”; essa refeição era acompanhada de vinho, porque – ainda nas palavras de Dona Joana “quando eu era pequena tinha sempre um jarro de vinho na mesa. Todo dia bebia. As crianças também bebiam e não fazia mal. Era vinho bom, vinho puro. Aquele que era vinho bom era para beber.” Outro item na alimentação lembrado com carinho foi a elaboração de biscoitos com formato de animais. De acordo com o Senhor Singerfrido sua avó sempre fazia os pães e os biscoitos, esses biscoitos tinham a aparência “de coelhinhos, de cobrinhas, de carneirinhos”, para agradar as crianças.

Outra prática verificada nos depoimentos foi a da caminhada noturna. Após a refeição da noite, os meninos saíam de suas casas com seu pai, para caminharem e fazerem a digestão. Esse exemplo foi citado pelo Senhor Verino, apresentado desta forma: “O seguinte a gente em casa, quando era pixote assim, o seguinte, nós éramos quatro homens, então o seguinte, meu pai [...] nós jantávamos, meu pai chamava os quatro, ia dar uma volta com ele, fazer o quilo. Dar uma volta com ele”; e pelo Senhor Francisco, que disse que quando “terminava de jantar de noite, dava uma volta lá na rua”.

Pode-se levantar uma hipótese neste caso, porque apenas os meninos saíam de casa com o pai. As meninas, como não citaram nada referente a essa ação, deveriam permanecer em suas casas e ficarem ajudando suas mães na organização da cozinha.

Considerações finais.

Constatou-se que as crianças participavam das mais variadas atividades em conjunto com suas famílias. Muitas vezes as crianças desempenhavam papéis importantes no trabalho doméstico, dentro das casas e na pequena lavoura de subsistência mantida pelos seus pais. Neste caso, a escolarização não era primordial na vida das crianças, tornou-se apenas mais um dos afazeres do cotidiano. Mas, apesar das dificuldades diárias essas crianças conseguiram sobreviver, brincaram e receberam afeto de seus familiares. É interessante indicar neste momento que, apesar de todas os obstáculos vividos por essas crianças, todos os depoimentos registraram alegria e nostalgia quando as lembranças da infância foram abordadas.

Referências

- CERTEAU, M. de. *A escrita da História*. 2. ed. Trad. Maria de L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- LAJOLO, M. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, M. C. de. (Org.) *História Social da Infância no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LEITE, M. L. M. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, M. C. de. (Org.) *História Social da Infância no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MIMESSE, E. *A educação e os imigrantes italianos: da escola de Primeiras Letras ao Grupo Escolar*. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2010.
- PARDAL, M. V. de C. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. In: VASCONCELLOS, V. M. R. de. (Org.) *Educação da infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 51-72.
- SÃO CAETANO DO SUL. *Projeto História de Vida*. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1995. (mimeo)
- SÃO PAULO. *Anuario Demographico Sanitário*. Directoria do Serviço Sanitario – Secção de Demographia. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1903.
- VEIGA, C. G. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.) *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.